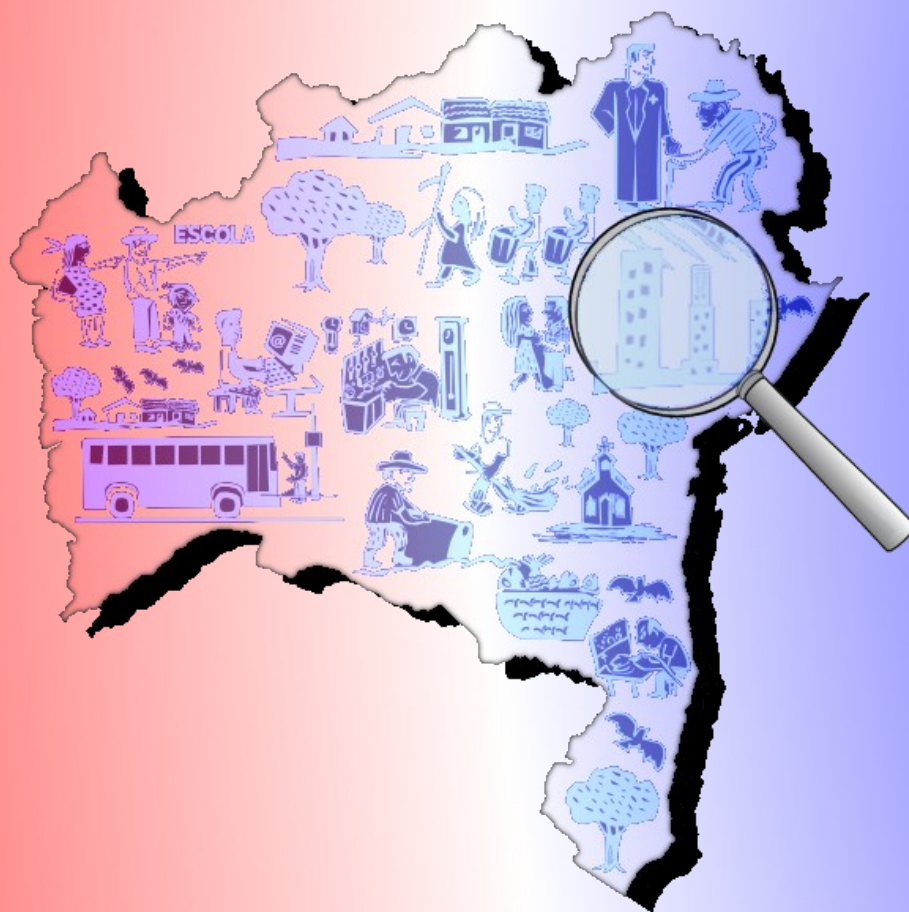
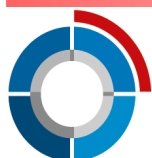


# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO



## Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento

Abril de 2013



MONITORAMENTO  
E AVALIAÇÃO  
DE PROGRAMAS  
DE GOVERNO

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



## 1. AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O monitoramento e a avaliação de Programas de Governo tem finalidades bastante precisas: (1) proporcionar aos gestores públicos bases para a tomada de decisões eficazes sobre os mesmos; (2) estabelecer elementos para maior transparência da política pública; (3) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade e gerar aprendizado institucional; e (4) proporcionar tanto aos gestores públicos, como aos diversos setores interessados da sociedade, acesso a informações relevantes quanto a execução da política pública, contribuindo para a efetividade dos gastos públicos e participação social, fortalecendo assim as instituições envolvidas e a própria sociedade.

Os instrumentos do monitoramento e da avaliação são fundamentais para uma gestão orientada para resultados, na medida em que podem – e devem – ser utilizados durante todo o ciclo de gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, ampliação, redirecionamento ou interrupção.

As diferenças entre o monitoramento e a avaliação são basicamente de escopo e tempo. Enquanto o monitoramento é um instrumento de gestão que proporciona o exame contínuo de processos, produtos e resultados das ações públicas realizadas, gerando recomendações de melhorias ao processo de execução, a avaliação tem uma atuação mais profunda e ampla, na medida em que realiza exame detalhado, tendo como agente provocador os dados do monitoramento. A avaliação permite a análise da informação, conteúdo, estrutura, processo e resultados das ações governamentais, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e efetividade da intervenção estatal.

O objetivo deste Sumário Executivo é apresentar os principais resultados oriundos da Avaliação Inicial e do Monitoramento do Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento.

A Avaliação Inicial qualifica os parâmetros que permitem aos dirigentes conhecer, opinar, comparar e decidir acerca dos Programas de Governo, possibilitando melhoras substantivas na qualidade do planejamento e execução das ações de política pública. Fundamentada na igualdade de critérios para todos os projetos ou Programas que tenha por objeto, a Avaliação Inicial concentrou-se na análise de aspectos do desenho do Programa (concepção, planejamento e gestão) sem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários.

Com o objetivo de avaliar o desenho, planejamento e gestão dos Programas do PPA 2012-2015, a metodologia utilizada está alinhada com as melhores práticas nacionais e segue uma tendência internacional de realização de avaliação de Política Pública fomentada inclusive por órgãos de financiamento como o Banco Mundial que visam à efetividade na utilização de seus recursos.

É importante ressaltar que o modelo proposto se aproxima bastante da Avaliação Executiva de Projeto (AEP), por considerar suas dimensões focais e prazo de realização. Esta, também, utiliza os instrumentos metodológicos e de coleta de dados semelhantes, a exemplo da Matriz do Marco Lógico<sup>1</sup> (MML) e Pesquisa de Campo.

planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este relatório, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

Quanto ao Monitoramento, o recorte escolhido permitiu a análise da Execução Financeira do Programa em 2012, a partir dos dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan). Foram analisados os resultados do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira, inclusive por Compromisso.

Os principais usuários do monitoramento e da avaliação deste Programa de Governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a SGA; a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia, responsável por sua execução; e a Casa Civil do governo, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

Neste processo, monitoramento e avaliação se articulam em uma relação de complementaridade. Seus processos se retroalimentam de forma que o primeiro fornece uma visão instantânea da situação do Programa em execução, em que pese sua concepção, desenho e gestão. A avaliação, por sua vez, indica as questões críticas e possíveis soluções a serem monitoradas, viabilizando a ação do gestor no sentido de aperfeiçoar o Programa para obter mais e melhores resultados. A avaliação da concepção do Programa e da qualidade do planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este Sumário Executivo, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Avaliação Inicial de Programas de Governo, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: (1) Elaboração de Proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) Coleta de informações documentadas; e (3) Realização de Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo combinou abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo. As abordagens quantitativas (Questionário *on-line*), por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Com a utilização dos métodos qualitativos de Grupo Focal e Entrevistas Coletivas, torna-se possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Quanto à amostra, esta foi do tipo não-probabilística, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação do Programa selecionado.

No que tange ao Monitoramento, para as análises da execução financeira dos Programas em 2012, foram realizadas coletas de dados referentes aos recursos financeiros: Orçado Inicial (orçamento conforme publicado na LOA), Orçado Atual (valor inicial, acrescido ou deduzido, após as modificações orçamentárias, ao final do exercício), Empenhado (crédito orçamentário formalmente comprometidos com o atendimento de encargos ou compromissos assumidos perante terceiros), Liquidado (valor reconhecido pela administração como devido, após o recebimento do objeto gerador do débito e o exame da documentação pertinente) e Pago (pagamentos feitos aos credores, com base nas despesas liquidadas); por Compromissos e Fonte de Recursos

(origem e natureza dos recursos orçamentários), a eles atreladas, de cada um dos Programas. Estes dados foram extraídos por meio de Pesquisa Dinâmica (levando em consideração os dados referentes à Projetos, Atividades Finalísticas e investimentos de Empresas não Dependentes) do relatório do Siplan e organizados em uma tabela.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados da tabela, dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito à análise dos resultados gerais do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira (utilização dos recursos financeiros, visando quitar as obrigações assumidas, no caso desta análise utilizou-se o valor Pago para os cálculos), inclusive das Fontes de Recursos. A segunda seção trata dos resultados financeiros dos Programas por Compromisso.

## 3. AVALIAÇÃO INICIAL: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E APRESENTAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O Programa Energia para o Desenvolvimento surgiu com o intuito de ampliar a produção de energia e suprir a demanda em expansão, de forma diversificada e ambientalmente sustentável, com aumento da energia renovável no estado. Sua ementa – “Elevar a produção de energia, diversificar a matriz energética estadual com a ampliação de fontes renováveis, estimular a eficiência energética e aumentar as malhas de transporte de energia” – reflete a ideia de um estado mais sustentável, com a utilização de mais energia renovável e sua distribuição por todo o território, suprimindo as necessidades de uma economia em processo de desconcentração.

O Programa está inserido no eixo estruturante Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento, na área temática Energia, e está estruturado em cinco compromissos, ligados à Secretaria de Infraestrutura (Seinfra); 18 entregas e 20 ações orçamentárias. Estão previstos recursos para os quatro anos do PPA 2012-2015 na ordem de 584 milhões de reais.

No que tange à pesquisa quantitativa, foram convocados 23 representantes do Programa, sendo que, destes, 18 responderam ao questionário, resultando em um aproveitamento da amostra de aproximadamente 78%. No grupo focal estavam presentes seis representantes da secretaria de Infraestrutura, órgão responsável pela execução do Programa. Na investigação dos respondentes quanto ao Cargo que ocupavam, verifica-se que 7/18 dos respondentes encontravam-se exercendo o cargo de coordenador; 3/18 ocupavam o cargo de diretor; 2/18 assumiam o cargo de assessor, 2/18 exerciam outro tipo de cargo não especificado (“Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental” e “Analista”). As opções “Chefe de Gabinete”, “Gerente”, “Superintendente” e “Técnico” tiveram um representante, cada. No que diz respeito ao vínculo com o órgão 12 dos 18 respondentes faziam parte do quadro temporário (Comissionado, Função Gratificada, REDA), enquanto seis pertenciam à categoria Efetivo (Estatutário, CLT).

## 4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Os principais resultados da construção de proposta de Matriz de Marco Lógico e Pesquisa de Campo foram agrupados e sintetizados em PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS do Programa e estão apresentados a seguir:



Quadro 1 – Síntese dos Resultados da Pesquisa

CONCEPÇÃO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – O processo de formulação envolveu insumos diversos: estudos setoriais, Plano Bahia 2023, demandas sociais – prefeituras ou Plano Plurianual Participativo (PPA-P) – e demandas de empresas/indústria.</p> <p>2 – Entendimento comum da orientação do Programa para uma abordagem de longo prazo de ampliação da oferta e do acesso a energia, com incentivo às novas formas de energia e busca pela maior eficiência energética.</p> <p>3 – Conhecimento dos resultados esperados do Programa, a inserção de resultados específicos no conjunto das estratégias globais e a sua expressão em termos de metas.</p> <p>4 – Existência de alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa, o que denota encadeamento lógico desta proposta de política pública.</p> <p>5 – O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas acontece de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.</p>	<p>1 – Ausência de consideração dos Pressupostos ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao funcionamento do Programa.</p> <p>2 – Carência de informações para a verificação da lógica horizontal do Programa: insuficiência nas informações pertinentes aos indicadores e ausência de meios de verificação.</p> <p>3 – Os indicadores são inconsistentes com o que se pretende apontar, insuficientes e, em muitos casos, não são apresentados os meios de verificação. Expressam, em sua maioria, processos ou produtos e não efeitos ou resultados específicos do Programa.</p> <p>4 – Carência de informações para a verificação da lógica vertical do Programa e coerência e encadeamento lógico entre seus elementos: insuficiência nas informações referentes à estrutura atual de execução do programa.</p> <p>5 – Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e elaboração do projeto de intervenção. Quanto à incorporação das demandas sociais advindas do processo de escuta social – Plano Plurianual Participativo (PPA-P) –, associações ou prefeituras, os critérios utilizados para a sua consolidação e uso na concepção do Programa não foram identificados.</p> <p>6 – Na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Desta forma, o estabelecimento das prioridades por território de identidade não precede a formulação/concepção do Programa. A discriminação das metas conforme os territórios de identidade ocorre apenas por uma exigência da Seplan. Ademais, o cumprimento das metas segundo os territórios de identidade só será possível após a identificação das demandas.</p>
PLANEJAMENTO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – Entendimento dos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa.</p> <p>2 – Clara identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras do Programa.</p>	<p>1 – Carência do Programa no que tange à utilização de ferramentas de planejamento necessárias à garantia de critérios mínimos de consistência e coerência na fase de concepção/planejamento.</p> <p>2 – Fragilidades quanto ao fornecimento de suporte técnico e metodológico às equipes para apropriação dos instrumentos necessários à formulação/planejamento do Programa.</p> <p>3 – Dificuldades de identificação da estratégia do Governo do Estado da Bahia de médio e longo prazo, o que gera conhecimento insuficiente da estratégia de governo a ser apropriada para a elaboração do Programa.</p> <p>4 – Inexistência de mecanismos de identificação e mapeamento dos riscos. Não estão explicitados os instrumentos utilizados para a efetiva gestão dos riscos, não há menção quanto à elaboração de indicadores de monitoramento, ou mesmo um plano de ação para mitigação dos riscos.</p>

- 5 – Recursos necessários à resolução da situação-problema insuficientes, principalmente no que tange à estrutura de pessoal e à capacidade de operacionalização.
- 6 – Insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos, financeiros e de pessoal) para cumprimento das metas estabelecidas no Programa. A possibilidade de não atendimento das metas relaciona-se ao desvio dos recursos para atividades/demandas não previstas, além da estrutura inadequada dos órgãos responsáveis pelo Programa. Destaca-se ainda a baixa capacidade de execução orçamentária diante dos entraves à operacionalização das ações pelas concessionárias.
- 7 – Baixa capacidade de resposta dos Órgãos/Entidades ante os desafios colocados para a execução das ações relacionadas aos compromissos sob sua responsabilidade. As equipes de trabalho não estão estruturadas para atender às demandas e a infraestrutura existente está obsoleta.
- 8 – Comunicação intragovernamental ineficaz. Não é percebido um fluxo contínuo de informações entre os atores relevantes do Programa, o que poderá prejudicar sobremaneira o alcance dos resultados pretendidos. Quanto à existência de mecanismos formais de comunicação, estes não foram explicitados.
- 9 – Desvios de função e lacunas de capacidades das equipes de trabalho.

## GESTÃO/EXECUÇÃO

### Pontos Fortes

- 1 – Alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.
- 2 – Existência de complementaridade e interdependência entre os compromissos na implementação do Programa.

### Pontos Fracos

- 1 – Não existe uma instância de gestão específica para o Programa. O acompanhamento acontece de forma descentralizada, sem que sejam utilizados métodos específicos orientados ao seu monitoramento.
- 2 – Em relação aos indicadores do PPA, verifica-se dificuldade de adoção de indicadores de efetividade.
- 3 – Dificuldade de definir indicadores de desempenho do Programa e inexistência de bases de dados que permitam a sua elaboração.

FONTE: Informações da Pesquisa

## 5. PROPOSTAS DE MELHORIAS

Baseadas nas fragilidades apontadas pela MML e pela pesquisa de campo, foram relacionadas propostas de melhoria para o Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento, conforme apresentado a seguir:

Quadro 2 – Propostas de Melhoria

CONCEPÇÃO	PLANEJAMENTO	GESTÃO/EXECUÇÃO
1- Implantar prática de realização de Estudos Diagnósticos sobre as áreas de atuação dos Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa. Esta ação é fundamental para melhor definição do escopo das ações de política pública, de maneira que os compromissos, metas, entregas, ações e limites de atuação do	1- Oferecer capacitação para a utilização generalizada da MML.	1- Estabelecer uma Instância de Gestão Específica para o Programa.

Programa coincidam com seu objetivo e estratégia de atuação.		
2- Estabelecer métricas para aferição de resultados do Programa. Reelaborar os Indicadores do PPA de modo a obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos pelo Programa.	2- Estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico.	2- Capacitar as equipes responsáveis pela Comunicação das Informações sobre a execução e os resultados do Programa.
3- Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para a elaboração de proposta para a Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública. Com base nesses resultados, explicitar as prioridades segundo os territórios de identidade.	3- Incorporar à MML o enunciado dos pressupostos e respectivos Indicadores.	3- Elaborar proposta de Publicização Qualificada e específica das ações do Programa para a sociedade, governo e outros atores importantes.
	4- Oferecer capacitação para a utilização generalizada das Ferramentas de Análise de Risco.	4- Constituir espaço específico para discussão e apresentação de propostas de solução para os desafios da Comunicação Intragovernamental.
	5- Realizar o mapeamento e a Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	5- Introduzir a cultura do M&A, com reconhecimento do papel fundamental desta etapa do Programa
	6- Estabelecer grupo de trabalho para aprofundar a análise dos problemas e propor soluções para otimizar a utilização dos Recursos Financeiros: volume, critérios e processos de alocação.	6- Incorporar ao Programa do PPA as alterações na estrutura sugeridas pelos Executores do Programa.
	7- Implantar ou fortalecer metodologias de Gestão por Competências das Equipes de Trabalho.	
	8- Capacitar as equipes responsáveis pela Execução do Programa.	

FONTE: Informações da Pesquisa

## 6. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

### 6.1 Resultados gerais

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 o orçamento para o Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento foi aprovado com o valor inicial de R\$ 80,6 milhões<sup>2</sup>, e ao final de 2012<sup>3</sup>, após Propostas de Modificações Orçamentárias (PMO), a dotação do Programa foi reduzida em cerca de 21,5%, chegando ao valor de R\$ 63,3 milhões. Deste montante R\$ 33,4 milhões foram liquidados no período e R\$ 23,7 milhões foram efetivamente pagos atingindo uma execução financeira de 37,5% em relação ao pago<sup>4</sup>.

O Programa contou com duas Fontes de recursos em 2012, a saber: a Fonte 09 (Indenizações pela Extração de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utilização de Recursos Hídricos e Exploração de Recursos Minerais - Royalties) e a Fonte 28 (Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP), que contribuíram, respectivamente, com 73,0% (R\$ 46,2 milhões) e 27,0% (R\$ 17,1 milhões). A Fonte 09 apresentou uma redução de cerca de 27,2%, registrando uma execução financeira de 14,8% (R\$ 6,8 milhões) em relação ao pago. Enquanto que, a Fonte 28 permaneceu com o mesmo montante inicial de recursos, atingindo uma execução financeira de 98,7%, no período.

## 6.2 Resultados do Programa por Compromisso

O Programa 127 contempla cinco Compromissos, totalizando R\$ 63,3 milhões, dois dos quais concentraram 93,4% dos recursos. Compromisso 2 é responsável por 53,5% (R\$ 33,9 milhões), enquanto que o Compromisso 3 absorveu 39,9% (R\$ 25,3 milhões).

**C2 - Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado - SEINFRA.** Orçado inicialmente em R\$ 46,4 milhões, o montante de recursos do compromisso foi reduzido em cerca de 27%, chegando a R\$ 33,9 milhões. Ao final do exercício sua execução financeira em relação ao efetivamente pago atingiu 57,8% (R\$ 19,6 milhões).

O compromisso contou com duas fontes de recursos: a Fonte 09, e a Fonte 28, em proporções equivalentes de 49,5% e 50,5%, respectivamente. A primeira Fonte sofreu uma redução orçamentária de 42,7%, e registrou 16,1% de execução financeira em relação ao pago. A Fonte 28, que, no Programa 127, teve a sua totalidade destinada ao C2, não sofreu modificação orçamentária e obteve 98,7% de execução financeira em relação ao pago.

**C3 - Promover o uso racional da energia elétrica, no âmbito do poder público, como forma de aumentar a disponibilidade da energia ofertada à sociedade e reduzir os gastos públicos – SEINFRA.** Para este Compromisso, orçado inicialmente em R\$ 31,2 milhões, verificou-se uma redução orçamentária em torno de 19%, chegando a R\$ 25,3 milhões ao final de 2012, com recursos provenientes exclusivamente da Fonte 09, sua execução financeira registrou 11,5% em relação ao pago no período.

**C4 - Elaborar e atualizar o Balanço Energético e o Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia objetivando subsidiar o planejamento e as ações dos diversos agentes econômicos – SEINFRA.** Orçado inicialmente em R\$ 1,3 milhão, registrou uma redução orçamentária de 98,5%, chegando a R\$ 20 mil ao final de 2012, provenientes exclusivamente da Fonte 09. A execução financeira foi de 80% referente ao pago no exercício.

**C5 - Aumentar a oferta de energia e diversificar a Matriz Energética utilizando fontes renováveis e apoiando agentes públicos e privados – SEINFRA.** Composto exclusivamente por recursos da Fonte 09, iniciou o exercício com R\$ 1,8 milhões tendo recebido um acréscimo de R\$ 2,4 milhões (137,1%) concluindo o ano com R\$ 4,2 milhões em seu orçamento atualizado. A execução financeira foi de 29,2% (R\$ 1,2 milhões) em relação ao pago.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento originou-se de um processo de formulação que envolve insumos diversos: estudos setoriais, Plano Bahia 2023 e demandas sociais (prefeituras, PPA-P).

Apesar das fragilidades verificadas durante sua formulação e do PPA, especialmente aquelas relacionadas com a adoção de uma nova metodologia para seu planejamento, os participantes da pesquisa informaram haver aspectos positivos originados do novo processo. São eles: entendimento comum da orientação do Programa; conhecimento dos resultados esperados; alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa; clara identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras, e alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.

Entretanto, a existência de diversas ações no Programa, de naturezas diferentes e muitas vezes superpostas, merece uma análise mais detalhada. Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e a elaboração do projeto de intervenção; na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Não foram previstos a identificação e o mapeamento dos riscos. Destaca-se ainda a insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos, financeiros e de pessoal) para cumprimento das metas estabelecidas no Programa.

Neste contexto, esta Avaliação Inicial teve por objetivo a identificação dos problemas relacionados com a concepção, o planejamento e a gestão do Programa e a construção de uma linha de base para as próximas avaliações, bem como contribuir, neste momento, para o seu aperfeiçoamento. Este instrumento também aponta elementos importantes que podem influenciar no desempenho dos Programas e, portanto, devem ser observados pelo monitoramento em curso no âmbito da SGA.

Por fim, esta Avaliação Inicial propõe uma série de medidas para o aperfeiçoamento do Programa, conforme apresentado no Plano de Melhoria. Destacam-se: estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico; incorporar à MML o enunciado dos pressupostos e respectivos indicadores; realizar o mapeamento e a análise dos riscos das metas; criar instância de gestão específica para o Programa; elaborar métricas para aferição de resultados do Programa: rever os indicadores para obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos; estabelecer grupo de trabalho para aprofundar a análise dos problemas e propor soluções para otimizar a utilização dos recursos financeiros: volume, critérios e processos de alocação, e capacitar as equipes responsáveis pela execução do Programa.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho do Programa, os sistemas de Monitoramento deverão atentar para as seguintes recomendações:

1. Apresentar os Pressupostos da MML, ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao perfeito funcionamento do Programa, para a elaboração de um plano de resposta aos riscos;
2. Avaliar e corrigir as fragilidades constatadas na construção das metas do Programa;
3. Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da

política pública. Com base nesses resultados explicitar as prioridades segundo os Territórios de Identidade;

4. Revisar a ementa, os enfoques estratégicos, os compromissos e as entregas do Programa de forma a permitir a melhor composição da lógica do PPA com o Programa em execução.

Adicionalmente, com vistas a dar continuidade as próximas etapas do Processo de Monitoramento, os elementos que compõem o Plano de Monitoramento do ano de 2013 são aqueles constantes na estrutura proposta pelo PPA 2012-2015: metas, entregas e indicadores.

As metas serão obrigatoriamente monitoradas, em respeito a legislação vigente ( Lei nº12.504 de 29 de dezembro de 2011, art. 11). No entanto, a priorização das metas será definida segundo: 1) grau de importância para resolução do problema a que o Programa se propõe a resolver; 2) impacto na execução do Programa; 3) viabilidade da coleta de dados, 4) ser oriunda da escuta social, 5) ter recursos alocados no exercício vigente, e 6) volume de recursos alocados.

Os indicadores, diferentemente das metas, tem sua escolha enquanto elemento a ser monitorado em caráter facultativo. Devem ser utilizados quando for conveniente para as análises e conclusões sobre o programa. Podem ser os indicadores do Programa, clássicos ou ainda construídos, desde que respeitem os princípios de: 1) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável, 2) clareza e objetividade, e 3) apuração com periodicidade garantida e ou consolidada.

As entregas, assim como os indicadores, poderão ser selecionadas como elemento a ser monitorado de forma complementar. Deve-se lançar mão do seu uso quando a meta por si só não for capaz de fornecer dados que permitam uma análise conclusiva para o processo decisório. Desta forma, será necessário estabelecer previsões quantitativas anuais para que seja possível o seu monitoramento, visto que seus quantitativos não são expostos no PPA. Sua seleção deve levar em conta as seguintes fatores: 1) impacto na consecução do compromisso a que esta atrelada, 2) montante de recursos vinculados nas ações orçamentárias, e 3) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável.

## 8. REFERÊNCIAS

SEPLAN, 2013. **Relatório de Avaliação Inicial Programa 127 – Energia para o Desenvolvimento**, Superintendência de Gestão e Avaliação - Diretoria de Avaliação. Março, 2013.

### GOVERNADOR

Jaques Wagner

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

José Sergio Gabrielli de Azevedo

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho

### DIRETORIA DE MONITORAMENTO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

### DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

Carmen Lúcia Lima (até fev. de 2013)  
Thaiz Braga

### COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO

Jamille Lima

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Roberto Costa

### COORDENAÇÃO DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

Thaiz Braga (até fev. de 2013)  
Rodrigo Cerqueira

### COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Vanduy Santos (até fev. de 2013)

### ELABORAÇÃO TÉCNICA

Thaiz Braga  
Rodrigo Cerqueira  
Cristina Xavier

### PESQUISA DE CAMPO E COLETA DE DADOS

Rodrigo Cerqueira  
Vanduy Cordeiro dos Santos  
Fábia Alves  
Fabiana dos Santos

### EDITORIAÇÃO

Manoel Ribeiro  
Egla Costa

### CONSULTORIA

PLANUS Estratégia e Gestão

<sup>1</sup> A construção de uma hipótese para a MML tem por finalidade dispor as informações do Programa de forma que seja possível a análise dos indicadores propostos; a identificação da existência de fontes de verificação; e a verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos. Esta é a Lógica Horizontal da MML. A identificação dos objetivos do Programa e verificação da sequência lógica das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos constitui a Lógica Vertical.

<sup>2</sup> Ressalta-se que este valor não inclui o orçamento da Bahiagás para o Programa. Por se tratar de uma Empresa não dependente, a movimentação financeira da Bahiagás se dá fora do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan).

<sup>3</sup> Segundo dados extraídos do Siplan em 14/03/2013.

<sup>4</sup> Os Restos a Pagar do exercício de 2011 estão incluídos nos montantes de recursos tanto Liquidados quanto Pagos em 2012, de modo que os valores não guardam necessariamente uma equivalência com os componentes de ações efetivamente executados no exercício.

**PROGRAMA 127 - ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO** R\$ 1,00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	(%) Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	(%) Execução Financeira do Liquidado / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	(%) Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
<b>C2 - SEINFRA - Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas; ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado</b>											
09 - ROYALTIES	29.255.000	16.773.218	26,5	-12.481.782	11.803.152	70,4	6.338.787	37,9	2.701.177	11,4	16,1
26 - FUNCEP	17.100.000	17.100.000	27,0	0	17.098.798	100,0	16.884.093	98,7	16.884.093	71,2	98,7
<b>C3 - SEINFRA - Promover o uso racional da energia elétrica, no âmbito do poder público, como forma de aumentar a disponibilidade da energia ofertada à sociedade e reduzir os gastos públicos.</b>											
09 - ROYALTIES	31.185.000	25.275.000	39,9	-5.910.000	19.361.158	76,6	8.846.158	35,0	2.904.405	12,2	11,5
<b>C4 - SEINFRA - Elaborar e analisar o Balanço Energético e o Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia objetivando subsidiar o planejamento e as ações dos diversos agentes econômicos</b>											
09 - ROYALTIES	1.320.000	20.000	0,0	-1.300.000	15.995	80,0	15.995	80,0	15.995	0,1	80,0
<b>C5 - SEINFRA - Aumentar a oferta de energia e diversificar a Matriz Energética utilizando fontes renováveis e apoiando agentes públicos e privados</b>											
09 - ROYALTIES	1.750.000	4.150.000	6,6	2.400.000	1.317.357	31,7	1.317.357	31,7	1.210.461	5,1	29,2
09 - ROYALTIES	1.750.000	4.150.000	6,6	2.400.000	1.317.357	31,7	1.317.357	31,7	1.210.461	5,1	29,2
<b>Informações Gerais do Programa 127</b>											
<b>TOTAL DE PROJETOS</b>	80.610.000	63.318.218	100,0	-17.291.782	49.596.459	78,3	33.422.391	52,8	23.716.131	100,0	37,5
<b>TOTAL ATIVIDADE FINALÍSTICA</b>	0	0	0,0	0	0	0,00	0	0,0	0	0,0	0,0
<b>TOTAL DO PROGRAMA com Empresas não Dependentes</b>	80.610.000	63.318.218	100,0	-17.291.782	49.596.459	78,3	33.422.391	52,8	23.716.131	100,0	37,5
<b>TOTAL DO PROGRAMA com Empresas não Dependentes</b>	141.630.400	124.338.618	100,0	-17.291.782	49.596.459	39,9	33.422.391	26,9	23.716.131	100,0	19,1

Fonte: Siplan, 14/03/2013

O Compromisso 1 - SEINFRA - Expandir a distribuição e comercialização do gás natural para municípios além da Região Metropolitana do Salvador - RMS e mansificar o seu uso em residências e estabelecimentos comerciais e industriais - é composto exclusivamente pelas ações orçamentárias 1802 e 1814, ambas da Fonte 40 - RDA INDIRETA e de responsabilidade da BahiaGás, portanto ao suprimir os investimentos da Empresa os valores do orçamento inicial e do orçamento atual deixam de figurar no Siplan.